

São Paulo, 9 de maio de 1986.

Prezado(a) amigo(a):

Em reunião realizada em 8/5/86 na sede do diretório regional do PMDB, a comissão de ciência e tecnologia da Fundação Pedroso Horta — à qual está se integrando o núcleo correspondente do CEPASP - Centro de Estudos de Política e Administração Pública de São Paulo — foi posta a par das normas de trabalho aprovadas pela direção da Fundação e, após debater as responsabilidades dos trabalhadores técnico-científicos na conjuntura política atual, deliberou o seguinte:

1. Marcar desde logo as próximas reuniões da comissão para 19/5/86, 27/5/86 e 05/6/86, às 18h30, na sub-sede da Fundação, à avenida Nove de Julho, 3845, cabendo a cada membro da comissão colaborar com a Secretaria da Fundação na convocação de outros interessados em participar delas.

2. Definir antecipadamente a seguinte pauta da reunião de 19/5/86, com a recomendação de que todos os participantes levem suas contribuições escritas para cada ponto.

2.1. Exposição e debate sobre a situação atual do sistema estadual de ciência e tecnologia (C&T).

2.2. Sistematização de temas relevantes para debate dos objetivos de governo, tomando como base a diretriz proposta por Orestes Quêrcia, em 5/5/86, na posse da diretoria da Fundação: "O próximo governo do PMDB terá papel decisivo no renascimento das ciências fundamentais e aplicadas, fazendo desabrochar nas universidades e institutos de pesquisa o novo espírito científico indispensável ao progresso social e à disseminação do desenvolvimento tecnológico no parque produtivo nacional. Será dado total apoio ao florescimento cultural e artístico da sociedade, cabendo ao Estado atuar apenas como animador da livre criatividade dos cidadãos, não se admitindo que se arrogue a pretensão de impor qualquer norma intelectual ou estética aos trabalhadores da cultura".

Foram sugeridos preliminarmente os seguintes temas:

. Engajar o governo estadual na integração do sistema de C&T com o parque produtivo nacional.

. Definir política para atrair a indústria moderna para o estado.

. Definir política de modernização da indústria tradicional.

- . Estabelecer prioridades para as ações do sistema de C&T, com primazia para o mercado interno, o desenvolvimento social, a melhoria da qualidade de vida da população e a redução de custos e o controle da qualidade dos gêneros de primeira necessidade.
- . Criação de fundos internos que funcionem como reservas técnicas dos institutos de pesquisa, em complementação aos orçamentos convencionais.
- . Adotar uma política explícita de apoio tecnológico à pequena e média empresa e que obrigue as grandes empresas privadas (nacionais e estrangeiras) e estatais a investirem significativamente em projetos de pesquisa calcados na estratégia de desenvolvimento econômico-social.
- . Recuperar o quanto antes as condições de infra-estrutura e trabalho das universidades e institutos de pesquisa, com ênfase no melhoramento da remuneração do pessoal de nível superior, na restauração das bibliotecas e no aproveitamento adequado dos laboratórios.
- . Definir critérios objetivos e práticos de vinculação dos investimentos públicos (dotações orçamentárias, financiamentos, empréstimos) em pesquisa tecnológica às necessidades efetivas dos destinatários finais das inovações.
- . Conferir a devida importância à pesquisa básica.
- . Direcionar o esforço de pesquisa aplicada para solucionar os problemas mais sentidos da agricultura, da saúde e do meio-ambiente.
- . Definir política clara que vise harmonizar a modernização tecnológica com a geração de empregos, minimizando o impacto social da automação poupadora de mão-de-obra.
- . Valorizar adequadamente as ciências humanas e sociais.
- . Regularizar o plano de carreira dos técnicos de nível médio auxiliares de pesquisa.
- . Colocar a tecnologia a serviço da defesa do consumidor.
- . Aumento substancial das dotações orçamentárias do Estado para o sistema de C&T.
- . Introdução de profundas inovações na administração do sistema estadual de C&T, tendo em vista subordinar rigorosamente as ações do governo a programas integrados intersetoriais e plurianuais, de acordo com as diretrizes propostas por Orestes Quêrcia: " Não podemos prosseguir com o isolamento entre os setores, que herdamos da estrutura administrativa da Velha República, com seus desperdícios e competições mesquinhas". Quanto à nova parceria entre governo e povo, procurar-se-á dividir as responsabilidades de gestão coletiva " em torno do objetivo central de colocar o poder a serviço da reforma da sociedade e do Estado". Isso implica em " institucionalizar mecanismos permanentes e regulares de intervenção dos cidadãos organizados na discussão de soluções para seus problemas e nos

processos de decisão necessários para viabilizá-las". Parte-se do pressuposto de que a eficácia do poder será tanto maior "quanto mais difundido na sociedade. A criação de canais de comunicação pelos quais as entidades representativas da sociedade orientarão, controlarão e fiscalizarão as ações do governo será uma medida de grande importância não apenas para reconhecer e fortalecer os direitos do povo organizado, mas também para eliminar os resíduos autoritários do aparelho estatal e tornar cada vez mais discreta a presença da máquina burocrática na vida social".

3. Formar grupos de trabalho específicos para preparar textos destinados a subsidiar os diretórios e militantes do PMDB no debate sobre a plataforma de governo

Esperando contar com sua participação, apresento-lhe.

Saudações democráticas,



PEDRO MOTTA DE BARROS

5.590⁰⁰₌

4.007⁰⁰₌

5.280⁰⁰₌

9.910⁰⁰₌

24.787⁰⁰₌
